

JORNAL DO POVO: PARTIDARISMO E NEGÓCIO NA ESFERA PÚBLICA DE TRÊS LAGOAS

Jornal do Povo: partisanship and business in the public sphere of Três Lagoas

Jornal do Povo: partidismo y negocios en la esfera pública de Três Lagoas

Mario Luiz Fernandes¹
Sidnei Carlos Santos Bonfim Ferreira²

DOI: doi.org/10.31501/esf.v2i30.14773

Resumo: O artigo analisa traços políticos e econômicos do *Jornal do Povo*, de Três Lagoas (MS), entre 1940 e 1990. A análise pontua reflexões de Gramsci sobre a imprensa do início do século XX. Lançado em 1949[46] por líderes do PSD, o jornal originou o grupo RCN de Comunicação. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental, o estudo conclui que o jornal produziu intenso discurso em defesa de partidos políticos e do regime militar, e projetou duas gerações de seus dirigentes na esfera pública local.

Palavras-chave: Jornalismo. Jornal do Povo. História da imprensa. Imprensa de Três Lagoas.

Abstract: The article analyzes political and economic features of *Jornal do Povo*, from Três Lagoas (MS), between 1940 and 1990. The analysis highlights Gramsci's reflections on the press at the beginning of the 20th century. Launched in 1949[46] by PSD leaders, the newspaper gave rise to the RCN de Comunicação Group. Using bibliographic and documentary research, the study concludes that the newspaper produced intense discourse in defense of political parties and the military regime, and projected two generations of its leaders into the local public sphere.

Keywords: Journalism. *Jornal do Povo*. Press history. Press of Três Lagoas.

Resumen: El artículo analiza los rasgos políticos y económicos del *Jornal do Povo*, de Três Lagoas (MS), entre 1940 y 1990. El análisis destaca las reflexiones de Gramsci sobre la prensa de principios del siglo XX. Fundado en 1949[46] por dirigentes del PSD, el periódico dio origen al grupo RCN de Comunicação. A partir de investigaciones bibliográficas y documentales, el estudio concluye que el periódico produjo un intenso discurso en defensa de los partidos políticos y del régimen militar, y proyectó a dos generaciones de sus líderes en la esfera pública local.

Palabras-clave: Periodismo. *Jornal do Povo*. Historia de la prensa. Prensa de Três Lagoas.

¹ Doutor; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, Brasil. mario.fernandes@ufms.br | <https://0000.0002.6394.838X>.

² Mestre; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, Brasil. reporterferreira@hotmail.com | <https://0009.0001.7394.4622>

Introdução

O *Jornal do Povo* foi lançado em 1949 [1946] por líderes políticos do Partido Social Democrático (PSD) de Três Lagoas, no então Mato Grosso uno.³ Nasceu em uma época em que expressiva parcela da imprensa brasileira não escondia sua cor partidária. Mais que isso. Muitos jornais eram criados pelos próprios partidos para propagarem seus ideários. Vinham na vertente da imprensa francesa do século XVIII que ajudou a fomentar a Revolução de 1789. Ou seja, um jornalismo de causa, que nascia com propósitos políticos.

Além do *Jornal do Povo*, há outros dois exemplos ocorridos em Mato Grosso: integrantes do PSD articularam a criação de *O Progresso* (1951), em Dourados; e os da União Democrática Nacional (UDN) fundaram o *Correio do Estado* (1954), em Campo Grande. Os dois partidos, criados em 1945 juntamente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram as três principais forças políticas do país até 1965, quando foram extintos pelo Ato Institucional nº 2 decretado pelo regime militar.

De acordo com Abreu (2002), PSD e PTB de um lado, e a UDN de outro, eram os partidos de maior expressão, dominavam o debate político nacional e regional e os espaços de todos os jornais de grande circulação naquele período. Foi nessa disputa política pela inserção do ideário dos respectivos partidos na esfera pública que foram lançados os três jornais e que se tornaram os três mais antigos ainda em atividade em Mato Grosso do Sul.

³ Mato Grosso foi desmembrado em 1977, no governo do presidente Ernesto Geisel, sendo criado então o estado de Mato Grosso do Sul e o município de Três Lagoas passou a pertencer a esta nova unidade da federação.

De caráter liberal-conservador e agregando principalmente ex-interventores do governo federal nos estados, além de industriais, banqueiros e comerciantes, o PSD foi articulado sob os auspícios de Getúlio Vargas e, com o PTB, formou o bloco pró-getulista fazendo oposição à UDN, antigetulista. O PSD elegeu dois presidentes da República – Eurico Gaspar Dutra (1945) e Juscelino Kubitschek de Oliveira (1955) – e foi majoritário na Câmara dos Deputados. Com sua extinção, parte dos integrantes migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição, e outros para a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime instalado em 1964. Em ambas as legendas, os ex-pessedistas se organizavam em alas à parte, em sublegendas (Abreu, 2002).

O PTB era alinhado mais à esquerda. Fundado com a participação de Getúlio Vargas, tinha como base os sindicatos controlados pelo governo e, entre outros objetivos, o de frear a influência do Partido Comunista junto à classe trabalhadora. Em 1950, Getúlio Vargas, candidato pelo PTB, foi eleito democraticamente para seu quarto e último mandato⁴.

A UDN reunia principalmente latifundiários e se constituiu na principal força conservadora, defensora do liberalismo tradicional no país. Em Mato Grosso, teve forte atuação no golpe militar e expressiva participação no novo governo. Levantamento realizado por Agostinho (2009) revela o equilíbrio de forças entre o PSD e a UDN no Legislativo estadual: nas eleições de 1947, 1950, 1954 e 1958, o PSD elegeu 48 deputados e a UDN 50, totalizando 98 parlamentares das 120 vagas disponíveis no total naquelas legislaturas.

⁴ A era Vargas (1930 a 1945) compreende seus três primeiros mandatos e é dividida em: Governo Provisório (1930-1934) instalado após a Revolução de 30 pela Aliança Liberal (AL); Governo Constitucional (1934-1937), eleito pela Assembleia Constituinte; ditadura do Estado Novo (1937-1945).

Em Três Lagoas, dos dez prefeitos municipais entre 1945 e 1964, nove foram do PSD (incluindo dois interventores nomeados pelo governo federal) e apenas um da UDN. Com a criação da Arena e do MDB em 1965, a partir de 1967 até 1985 todos os nove prefeitos foram nomeados, sendo quatro do MDB, dois da Arena e três do Partido Democrático Social (PDS)⁵, sucessor da Arena.

Vargas também controlou e usou a mídia em favor de sua *persona* e de seu governo. A partir do seu primeiro mandato, muitos jornais de oposição foram invadidos, depredados e fechados. Em 1931, criou a primeira legislação sobre a radiodifusão e as concessões de emissoras de rádio passaram ao controle do Estado. No ano seguinte, autorizou o uso da publicidade pelas emissoras. No Estado Novo, criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939 e que, além de controlar e censurar a imprensa, tinha como missão popularizar a figura do presidente. Para isso, adotava entre as estratégias, a produção e veiculação de matérias e fotos jornalísticas nas quais Vargas aparecia ao lado de artistas e personalidades públicas – inclusive internacionais. Em 1940, estatizou a Rádio Nacional e a transformou na primeira emissora oficial do governo.

Outra medida foi no campo da economia política de mídia, com a redução de impostos sobre a importação de equipamentos gráficos, o que levou grandes empresas jornalísticas a se modernizarem e a negociarem seus maquinários usados com proprietários de jornais de médio porte e estes a venderem seus equipamentos a empresas de pequeno porte. Recorrendo a uma alegoria de Gramsci (2014, p. 205), “o que se tornou ‘ferro velho’ na cidade ainda é ‘utensílio’ na província”. Com a iniciativa, Vargas ganhou a simpatia de boa parte do empresariado de mídia. Gradativamente – aliado a outros fatores como o aumento nos índices de alfabetização, elevação da população urbana e da renda do

⁵ O PDS (Partido Democrático Social) foi o sucessor da Arena no apoio ao governo militar. Foi criado em 31 de janeiro de 1980, seguindo basicamente as mesmas diretrizes e com a maioria dos ex-integrantes da Arena.

trabalhador, da inserção da mulher no mercado de trabalho e na conquista do seu direito ao voto em 1932 e a participação na vida pública – o avanço tecnológico desencadeou a modernização e expansão da mídia nos grandes centros e no interior do país.

O regime militar aperfeiçoou e avançou no controle da imprensa, principalmente sobre veículos de alcance nacional, cooptando parte deles com empréstimos a juros baixos por bancos estatais. As concessões de emissoras de rádio e de televisão beneficiavam políticos e empresas alinhadas ao regime e acentuaram a concentração dos grupos de mídia iniciada nos anos 50. São exemplos expressivos dessa concentração ocorrida nos dois períodos: o grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, forte apoiador de Vargas e do regime militar, foi o grande beneficiado por Vargas – contava à época com 36 emissoras de rádio, 34 jornais, 18 estações de televisão e a revista *O Cruzeiro* –; a Rede Globo foi a beneficiada pelo regime militar que fez vistas grossas quanto à inconstitucionalidade da parceria entre a emissora e o grupo americano Time Life (Caparelli, 1989).

Este artigo analisa traços da história do *Jornal do Povo*: de sua trajetória como porta-voz do PSD a apoiador do golpe militar; de difusor da ideologia de partidos políticos a conglomerado regional de comunicação. Evidencia como o periódico, aliado aos poderes político e econômico, projetou na esfera pública lideranças pessedistas e duas gerações de seus proprietários e diretores, eleitos para cargos públicos. Neste percurso foram consideradas reflexões formuladas por Habermas (1984) relativas à

esfera pública e por Gramsci⁶ (2014) relativas à transição da imprensa de instrumento político à empresa capitalista.

Esta proposição sobre a história do jornal é complexa, pois todo seu acervo, desde sua criação até 1971, foi extraviado. Por esta razão, as principais fontes sobre este período foram as edições comemorativas do jornal publicadas nas décadas de 70 e 80 cujas mensagens de felicitações trazem alguns dados sobre sua história. O percurso de 1971 em diante foi reconstituído a partir de entrevistas com o atual proprietário e do acervo da publicação que integram a pesquisa de Ferreira (2013).

O *Jornal do Povo* deu origem ao atual grupo regional de comunicação RCN (Rosário Congro Neto) localizado em Três Lagoas. Com população estimada em 125 mil habitantes (IBGE, 2021) e PIB *per capita* de R\$ 94,3 mil (2020), o município está entre os três principais polos do estado. Foi desmembrado do município de Paranaíba em 15 de junho de 1915 recebendo o *status* de vila, e em 8 de agosto do mesmo ano tornou-se município.

O artigo está estruturado em cinco partes: a primeira aborda o *Jornal do Povo* como veículo oficial do PSD (1949[46] a 1963), as duas subsequentes são delimitadas pelas duas gerações de seus proprietários e seus respectivos modelos de negócio: Stênio Congro (1963 a 1991) e Rosário Congro Neto (de 1991 aos dias atuais). Stênio foi militante do PSD e posteriormente da Arena e do MDB. Este período foi marcado também pelo forte apoio ao regime militar. Congro Neto transformou o jornal em

⁶ Antonio Gramsci (1891-1937), militante marxista e publicista revolucionário, entre 1914 e 1926 publicou inúmeros artigos críticos sobre jornalismo em diferentes periódicos, entre eles *Avanti!* e *Ordine Nuovo*, nos quais atuou como jornalista. Também fez referências ao tema em dez dos seus conhecidos Cadernos do Cárcere (1929 a 1935). Após dez anos de prisão, em 1934, já com a saúde já bastante debilitada, foi transferido do cárcere fascista para uma clínica em Roma e escreveu o caderno nº 24 com 16 páginas dedicadas ao jornalismo. Em razão da morte eminente, não conseguiu dar continuidade a estes estudos. O semanário *Ordine Nuovo* foi criado em 1919 por Gramsci e seus companheiros que deixaram o Partido Socialista e criaram o Partido Comunista Italiano em 1921 (Cavalheiro, 2023).

conglomerado de mídia e fez carreira política na Arena, PMDB e no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A quarta parte sintetiza a projeção dos dirigentes do jornal eleitos para cargos públicos. Nas considerações finais é desenvolvida a análise sobre a mudança do perfil do jornal, tendo por base algumas reflexões de Gramsci.

Um jornal de partido

O *Jornal do Povo* nasceu como jornal de partido. “Foi fundado por uma equipe do Partido Social Democrático, com o fim exclusivo de colaborar com a administração municipal, em prol dos interesses locais”. A afirmativa de Marcolino Carlos de Souza, o Totó, prefeito de Três Lagoas (11/1947 a 01/1951) e um dos fundadores do periódico, consta na saudação pelos 25 anos do jornal publicada em 20 de junho de 1971. Na mensagem, Marcolino alinha ainda a estreita sintonia entre o jornal e seu patrono Filinto Muller:

Foi ele lançado de acordo com a orientação do Senador Filinto Muller, e como Filinto Muller, ele tem vicissitudes várias, com dias claros, dias sombrios e, como seu patrono, mantendo sua linha de honestidade, de trabalho, de solidariedade humana. Que Stênio Congro prossiga na mesma linha reta, são os votos deste fundador. Marcolino Carlos de Souza –Totó (Jornal do Povo, 20/06/1971).

Rosário Congro Neto, filho de Stênio Congro, acrescenta que o senador pediu às lideranças do partido que fundassem um jornal em Três Lagoas, um em Campo Grande e outro em Cuiabá. No caso

do *Jornal do Povo*, todos os cotistas “eram filiados ao PSD e formavam praticamente o diretório municipal do partido” (Congro Neto *apud* Ferreira, 2013). Ressalta que, apesar de Filinto Muller ser o inspirador da proposta, não foi seu acionista. O jornal nascia mensal, com cerca de mil exemplares, quatro páginas e oficina instalada à rua Antônio Trajano. Uma impressora alemã de 1913, bancada de tipos, guilhotina e outros equipamentos compunham a gráfica.

A vinculação entre o jornal e seu mentor foi intensa. Ao longo de décadas, mesmo após sua morte, o político foi laureado com inúmeros artigos de página inteira. Em 15 de agosto de 1973, um mês após seu falecimento, artigo de capa de autoria então ex-deputado federal Philadelpho Garcia traz como título: “Filinto, mesmo depois de morto, ainda trabalha por Mato Grosso”. O autor chama o ex-senador de seu “segundo pai”.

Nascido em Cuiabá em 1900, Filinto foi militar e político influente em Mato Grosso e no país. Foi um dos fundadores do PSD em 1945, eleito para o Senado em 1947, reeleito em 1954 e 1962. Teve atuação violenta como chefe da polícia política no governo Vargas. Sua biografia incluiu a prisão e entrega da alemã Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, ao regime nazista em 1936. Ela estava grávida e foi executada na câmara de gás, seis anos após o nascimento da filha.

Extinto o PSD, Filinto Muller se filiou à Arena, sendo seu presidente entre 1969 e 1973 e eleito senador pelo partido em 1970, tornando-se presidente do Senado em 1973. Ao ingressar na Arena, levou consigo muitas lideranças e famílias tradicionais três-lagoenses, entre elas os dirigentes do jornal. Faleceu em julho daquele ano, em acidente aéreo em Paris.

A lista dos sócios fundadores do jornal era composta por Philadelphio Garcia, Albino Pereira da Rosa, Carlos Vandoni de Barros, Marcolino Carlos de Souza, Venina de Queiroz Neves, Elvio Mário

Mancini, Eurydice Chagas Cruz, Evaristo Mariano Rodrigues e José Carlos de Souza, o Bitão (Jornal do Povo, 11/07/1980). Esta edição comemorativa aos 31 anos do jornal, assinala que a empresa foi registrada na Secção Comercial em 1949.⁷

Na milésima edição (25/08/1971), o texto comemorativo de três páginas intitulado “Lélio Almeida – um homem honrado”, faz um tributo ao diretor gráfico de 1953 a 1963,⁸ e que ingressou no jornal em 1951, aos 22 anos. O artigo reforça a linha editorial do jornal e a propriedade do PSD.

A obrigação de Lélio de Almeida, que fazia funcionar uma precária gráfica, [...] para com o antigo Partido Social Democrático, era a de fazer rodar “o Jornal, todos os sábados ou domingos, trazendo a palavra de ordem da chefia do Partido a seus partidários e difundindo o noticiário normal de uma imprensa semanal (Jornal do Povo, 25/08/1971).

Nesta fase, o *Jornal do Povo* foi, efetivamente, um arauto partidário e projetou pelo menos quatro de seus dirigentes na esfera pública – Marcolino de Souza, Philadelphio Garcia, Waldemar Cunha e Lélio de Almeida – contribuindo para suas eleições a cargos públicos em diferentes pleitos.

Em 1953 nascia a *Folha da Imprensa*, em Campo Grande, também sob “inspiração” de Filinto Muller e Philadelpho Garcia. Natural de Coxim, Garcia foi deputado federal eleito pelo PSD para as legislaturas de 1951, 1955, 1959 e 1963.

⁷ Conforme o *Jornal do Povo* (11/07/1980), o registro da empresa é datado de 14 de julho de 1949 sob o nº 105, folhas 28 e 29 do livro nº 5 da Secção Comercial, anexada à Coletoria Estadual de Três Lagoas.

⁸ Após sua saída do jornal em 1963, Lélio Almeida “ergueu um quasi (sic) império no mundo gráfico da Região que abarca desde Araçatuba até Campo Grande, onde possui (sic) alguns poucos competidores. Suas atividades se estendem (sic) até a Ilha Solteira [...]” (Jornal do Povo, 25/08/1971). A Lélio Gráfica logo adquiriu mais uma impressora Catu e em 1964 duas automáticas, financiadas pelo Banco do Brasil. Em 1971, dispunha de quatro máquinas de porte e outras de menor porte. Comprou a gráfica Vitória, de Andradina, e no início dos anos 70 construiu sua sede própria em Três Lagoas, um prédio com 420 metros quadrados e próximo ao antigo Mercado Municipal. Naquele período empregava mais de 120 funcionários (Ferreira, 2013).

Natalino Potumati foi o montador e primeiro gerente do *Jornal do Povo*, que tinha como diretores o capitão Oscar Ferreira Botelho e Acylino da Costa (este último, diretor responsável e foi sucedido pelo professor Manoel Barcelos); como redatores, Manoel Garcia de Souza, Elviro Mancini. O juiz Carlos Garcia de Queiroz foi um dos colaboradores. Waldomiro Pimenta Queiroz, João Leocádio e José Rodriguez (impressor) também fizeram parte da equipe. Waldemar Cunha, após anos de atuação no jornal, foi eleito vereador no início da década de 70.

O apoio ao regime militar

Ao final de 1962, o *Jornal do Povo* estava às voltas com o apoio a mais uma candidatura a prefeito de Três Lagoas. O então promotor público Stênio Congro era secretário do PSD e, segundo Congro Neto (apud Ferreira, 2013), “[...] por uma determinação do Partido Social Democrático foi designado a ele [Stênio] a missão de editar o jornal”. No ano seguinte, o juiz de paz e dentista João Dantas Filgueiras⁹ foi eleito prefeito pelo PSD para a gestão de 02/1963 a 05/1964. Seu mandato seguinte (12/1964 a 01/1967) foi por nomeação do interventor federal em Mato Grosso. Foi nomeado novamente para a gestão 02/1970 a 12/1972, agora filiado à Arena.

Stênio assumiu a direção geral em 1963 e Waldemar Cunha a direção comercial, dando início à nova fase do jornal. Congro Neto (apud Ferreira, 2013) explica que seu pai “era o único que desfraldava a bandeira de manter o jornal vivo e então os outros companheiros foram transferindo as cotas

⁹ Em 1964, João Dantas Filgueiras foi afastado do cargo pelo regime militar e substituído por Patrocínio de Sousa Marinho. Foi reconduzido ao cargo pelo regime em dezembro do mesmo ano. Candidato único, foi reeleito prefeito em 1969, pelo MDB.

graciosamente” e Stênio tornou-se o proprietário. Nesta nova fase, o professor Benedito Costa era redator e revisor, e o capitão Oscar Ferreira Botelho responsável pela venda das assinaturas.

O clima político era tenso no país desde a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, o que resultou no breve período parlamentarista entre setembro de 1961 e janeiro de 1963. Na sequência, a posse de João Goulart tensionou ainda mais o cenário político e em 31 de março de 1964 o regime militar se impõe à nação. O *Jornal do Povo* deixa de ser porta-voz do PSD – extinto em 1965 por força do Ato Institucional nº 2 – e abraça agora o novo partido (Arena), mas de mesma matiz ideológica que a elite urbana liberal-conservadora. E assim o foi até quase final da década de 70.

A mudança do regime político, a desvinculação do PSD e a nova reorganização partidária no país trouxeram dificuldades financeiras a partir de meados dos anos 60 e o jornal fechou no início dos anos 70. Após seis meses fora de circulação, retorna em 15 de junho de 1971, nas comemorações do 56º aniversário de Três Lagoas. Traz na capa foto do governador José Fragelli e do senador Filinto Muller, além das chamadas para as matérias sobre o novo corregedor do Ministério Público Estadual, Moacyr Perry, e sobre o industrial Miguel Tabox. Era agora trissemanário, com média de dez páginas, 3 mil exemplares e com “grande penetração em todo o Estado de Mato Grosso”. Tinha oficina própria na avenida Eloy Chaves, esquina com a rua 2 de Julho. O exemplar avulso custava Cr\$ 0,30 e a assinatura Cr\$ 50,00 (*Jornal do Povo*, 15/06/1971).

Cinco dias depois, em longo texto, apresenta o novo redator-chefe e responsável pela área comercial, Fausto Pepe: “homem leal e franco; avançado na idade, mas, sempre jovem nas suas

atitudes”.¹⁰ Assinala que o jornal nasceu sem “tarimba, sem apoio financeiro, mas cheio de confiança e sonhos” e que no mês seguinte seria inaugurada a nova gráfica (Jornal do Povo, 20/06/1971). Relata a dificuldade que era fazer um jornal interiorano nos anos 70 e justifica a necessidade da ajuda que recebia de empresários e do governo do estado:

Muitos nos deveriam ter ajudado, na parte material e de colaboração, mas não o fizeram, outros nos ajudaram, em certa época materialmente com uma contribuição mensal como Eucário Freire, José Carlos de Souza e João Azambuja. Mais tarde, recebemos uma ajuda mensal do Governo Pedrossian, pelos seus órgãos superiores que nos tributavam Cr\$ 300,00 mensais e após, Cr\$ 500,00 que era(sic) entregues, religiosamente, nas mãos de Waldemar Cunha, o popular Serrinha e após durante poucos meses, até dezembro pp. aos dois rapazes responsáveis, na edição semanal, pagando-se, daí, ainda, os alugueres mensais (Jornal do Povo, 20/06/1971).

A questão financeira evidencia a causa do fechamento do jornal no início de 1970, e as convicções políticas explicam o forte alinhamento editorial ao governo do estado, à prefeitura, à classe empresarial. Assinado por Stênio Congro – usando as iniciais S.C. – o artigo não deixa dúvidas sobre qual era o posicionamento sob sua gestão. O último parágrafo sentencia:

De uma coisa, pedimos que, estejam certos, os nossos amigos três-lagoenses: seremos intransigentes defensores da REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 64, e para tudo que diga respeito à fase que engrandeceu e irá agigantar o BRASIL, para imediato futuro, nós daremos o melhor dos nossos esforços, dedicação e lealdade, e o Governo estadual, dignamente representado pelo Governador FRAGELLI, terá, também, nesta trincheira democrática, o nosso apoio, o nosso respeito e a nossa vontade livre e tranquila de

¹⁰ Fausto Pepe foi revisor da Imprensa Oficial do Estado; em 1928 atuou na *Gazeta do Comércio* (Três Lagoas); entre 1929 e 1931, no jornal *A Ordem* (Paranaíba), administrado pelo coronel Gustavo Rodrigues. Atuou ainda nos jornais *O Arquivo*, *Correio do Sul* (Três Lagoas) e no diário carioca *A Noite* (Jornal do Povo, 20/06/1971).

refletir, e estampar, pelas colunas do JORNAL DO POVO, o que S. Excia, o governador, irá fazer, estamos certos, pela grandeza do povo e terra mato-grossense [grifos em maiúsculo do jornal] (Jornal do Povo, 20/06/1971).

Essa subordinação política e financeira se refletiu em suas páginas na década de 70, apesar de destacar no alto da capa como “Órgão Independente e Noticioso”. Suas edições apresentam fortes traços de um jornal oficial/institucional, em certos momentos até mais de conotação ideológica militar que partidária. Não menciona nomes de opositores ou adversários, sejam do jornal ou do seu partido.

A mensagem saúda seu retorno e expõe a falta de jornais em Três Lagoas quando do lançamento do *Jornal do Povo* nos anos 40, e sobre as dificuldades da imprensa à época.

O *JORNAL DO POVO* iniciou suas atividades há 25 anos, com o nobre objetivo de preencher uma grande lacuna, representada pela falta de imprensa em nossa cidade e região. A incúria ou a incapacidade de muitos tinham feito calar para sempre a imprensa três-lagoense, com o desaparecimento da "Gazeta do Comércio", naquela época um dos melhores jornais do interior, tanto na sua parte técnica como na parte redatorial. Era preciso que alguém se levantasse. E levantamos nós com a coragem e com o idealismo e conseguimos fazer ainda a mão, hoje, transformado para tri-semanário e dentro de mais um pouco em o primeiro diário de nossa Região (Jornal do Povo, 20/06/1971).

A homenagem pelos 25 anos leva em consideração que o jornal foi lançado em 1946. Das 20 páginas da edição, 12 eram de publicidade, cinco destas com anunciantes de página inteira: Sesi, empresário Miguel Tabox, Posto Cinquentenário, Cooperativa Agropecuária Mista do Vale (Paranaíba) e Câmara de Vereadores; outras cinco páginas apresentavam obras e ações do prefeito João Dantas Filgueiras. Notas sociais sobre baile com Agnaldo Rayol e show com Roberto Carlos marcavam a programação cultural de aniversário do município que contava então com 70 mil habitantes.

Artigo de Aldo de Queiroz dá boas-vindas ao *Jornal do Povo* e critica outros jornais da época classificando-os de “unicéfalo” – Que difunde a ideia de um só indivíduo. Reitera as dificuldades da pequena imprensa e que “a subsistência de um jornal no interior, sem proteção de partido político, tornou-se muito mais difícil” (*Jornal do Povo*, 20/06/1971).

A partir de 20/06/1971, traz no alto da capa o nome de Filinto Muller como fundador do jornal. Em destaque, fotos de Filinto e Duque de Caxias, marcam o Dia do Soldado. Mensagens do deputado Batista Ramos (presidente da Arena), do governador José Fragelli e do chefe da Casa Civil do Estado, João Arinos, completam a página. Em 15 de novembro, o novo projeto gráfico com cores nos tipos da manchete de capa, uma inovação para a época.

O expediente assinala, a partir de janeiro de 1972, que o jornal foi fundado em 1946 e estava registrado no Cartório de Títulos sob o nº 54 às folhas 101 do livro A/1. Em maio, destaca na capa a saída de Fausto Pepe, e deixa de ser trissemanário para circular às quartas e sábados. Naquele mês, passou a trazer na capa a coluna “Fato em foco”, que faz a função de editorial, quase sempre com posicionamentos e análises contundentes sobre temas variados.

Em 12 de julho, mais um editorial na capa sobre as dificuldades da imprensa e o pedido de ajuda financeira ao governador Fragelli, por meio do deputado Ronald Albaneze (Arena). Uma semana depois, o editorial anuncia que Três Lagoas não teria mais prefeito eleito pelo voto direto, já que o município havia se tornado zona de segurança nacional devido às suas usinas hidrelétricas. O novo prefeito seria escolhido pelo governo federal a partir de uma lista tríplice. Em setembro, noticia que Três Lagoas (21.050 eleitores) estava entre os 13 municípios do estado que ultrapassaram a 20 mil eleitores e teriam

13 vereadores. Na capa do dia 27, a foto de Stênio Congro em campanha para reeleição como vereador: “Reeleja Stênio Congro o vereador que Três Lagoas precisa”.

Janeiro de 1973 inicia com Benedito Costa como o novo redator. Visando o público feminino, estreia a coluna “Cantinho da Mulher”, em dois terços de página e assinada por JSC. Capa do dia 14 destaca o governador José Fragelli e Petrônio Portela, presidente do Senado. Ainda naquele mês, registra o entrevero entre situação e oposição na disputa pelo cargo de prefeito nomeado. O editorial critica os “politicóides” (emedebistas) que haviam prometido a prefeitura a um “pretendente”, e adverte:

O tempo do caciquismo político já terminou há muito e temos a obrigação de acompanhar a evolução e o ritmo desenvolvimentista do país. Hoje, somos área de Segurança Nacional e teremos prefeito nomeado por aprovação dos altos escalões estadual e federal e não por politiqueiros de esquina ou semelhantes (Jornal do Povo, 01/1973).

Sem citar nomes, a crítica é uma forma de defesa de Hélio Congro, irmão de Stênio, que seria o prefeito nomeado em 10 de fevereiro de 1973. Substituiu Irman Ferraz Corrêa, presidente da Câmara de Vereadores, que exercia interinamente o cargo de prefeito. Na edição do dia seguinte, editorial e notícia buscam justificar a futura nomeação do prefeito:

Se um prefeito eleito diretamente pelo povo pode muitas vezes tergiversar em favor deste ou aquele procurando quase sempre satisfazer questões políticas e partidárias, um prefeito indicado pelos mais altos escalões da administração jamais poderá fazê-lo (Jornal do Povo, 11/02/1973).

Hélio Congro (Arena) foi nomeado prefeito para a gestão de 02/1973 a 05/1975. A partir de então, em várias edições, no rodapé da capa e depois em páginas internas, a coluna “Semana do Prefeito” estampa o brasão da prefeitura e ações realizadas pelo prefeito. Seu formato e linguagem de jornalismo institucional denotam ser paga pela prefeitura.

No nono aniversário do regime de exceção (31/03/1973), a coluna “Fato em foco” (editorial) faz um retrospecto sobre a instauração da ditadura no país.

Sem medo de errar podemos afirmar que a Revolução que eclodiu em março de 1964, teve seu início em já em 1961, quando o então Presidente Jânio Quadros, de maneira insólita e inesperada condecorou o líder comunista cubano (de origem argentina) Ernesto Tchê “Guevara, com a mais alta Condecoração do Nosso País – a Ordem do Cruzeiro do Sul. Essa atitude, que deixou em suspenso o povo brasileiro e abalou profundamente as nossas mais sagradas instituições, viria mais tarde se transformar nas forças ocultas “que levaram Jânio à renúncia e sua consequente substituição por João Goulart. Mas nem isso serviu para alertar João Goulart (Jornal do Povo, 31/03/1973).

Acrescenta que o presidente era acusado de “esquerdista, de fomentar corrupção administrativa e insuflar a insubordinação nas Forças Armadas”. O texto é ilustrado com fotos dos três primeiros presidentes militares: Castelo Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969) e Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Médici também é destaque em três capas especiais de uma mesma edição em junho de 1973, enquanto que a definição do general Ernesto Geisel como seu sucessor é registrada em apenas uma nota.

Em setembro, nas comemorações da Independência, três grandes fotos com as respectivas legendas: *D. Pedro (O Libertador)*, *Médici (presidente da República)* e *José Bonifácio (O Patriota) 1822 – 1973*; “*O Brasil merece o nosso amor*”. A ênfase militarista é explicada por Congro Neto em razão de

seu pai, quando jovem, ter formação militar na Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre. “Isso teve influência muito grande na vida dele e até porque o Exército Brasileiro foi um dos pontos que construiu a história do Brasil. Uma instituição que é muito ativa na história do Brasil” (Congro Neto apud Ferreira, 2013, p. 43).

A partir de 1975, percebe-se um apoio menos ostensivo ao governo de Ernesto Geisel (1975-1979) se comparado ao de Médici. O jornal parece indicar a cisão com a Arena, o que se concretizaria no final da década de 70. Geisel iniciava a reabertura política “lenta e gradual” e em outubro de 1978 a emenda constitucional nº 11 revoga todos os atos institucionais outorgados durante a ditadura. No governo de João Batista Figueiredo (1979-1985) ocorre a anistia dos presos políticos e renasce o pluripartidarismo. O Brasil inicia a retomada democrática e parte da mídia revisa seu papel neste processo. Congro Neto assim explica a transição de Stênio Congro da condição de apoiador a opositor ao regime de 1964:

Meu pai tinha posição política alinhada a da Arena e do senador Filinto Muller. Mas com o passar dos tempos verificou alguns equívocos, ele mesmo reconheceu alguns exageros praticados sob a égide do Movimento Revolucionário de 1964. Uma vez comprei um livro do Hélio Gáspari e falei: pai, gostaria que o senhor lesse. Esse livro era nada mais nada menos que o arquivo do Marechal Golbery. O senhor vai ver os descaminhos. Se houve uma parte de sucesso econômico, sobre a parte dos Direitos Humanos houve um descaminho muito grande. Mas como naquela época a imprensa não repercutia tanto quanto hoje, porque hoje com as redes sociais, com a internet, tudo é instantâneo. Se tivesse isso naquela época, não teria tido um movimento como aquele de 1964 (Congro Neto apud Ferreira, 2013).

A forte atuação da imprensa na construção do consenso em torno da necessidade do movimento insurgente de 64 levou Silva a definir o golpe como “midiático-civil-militar”, e não apenas

civil-militar, conforme o consagrado pela historiografia. “Sem a participação da imprensa não haveria legitimidade para a derrubada do presidente João Goulart. Os grandes jornais de cada capital aturam como incentivadores e árbitros” (Silva, 2014, p. 32).

Esse engajamento não ficou restrito à grande mídia. Inúmeros pequenos jornais pelo interior do país assumiram a mesma postura do *Jornal do Povo*. Em Campo Grande, o *Correio do Estado*, vinculado à UDN, sentenciava em abril de 1969 (apud Gois, 2020, p. 118): “As nossas edições são testemunhas do muito que este diário lutou pregando a reforma que a Revolução acabou realizando no Brasil. Nós também contribuimos com a nossa parcela.” Com a decretação do AI 5 em dezembro de 1968, que deu início à fase mais violenta da ditadura, parcela da pequena e da grande imprensa passou a fazer oposição ao regime, como foi o caso do *Jornal do Povo*. O *Correio do Estado* manteve seu apoio aos militares.

Do partidarismo a grupo de mídia

Na década de 90, o *Jornal do Povo* deu início ao novo modelo de negócio que resultou na formação do grupo regional de comunicação RCN (Rosário Congro Neto). Em seus apontamentos sobre a imprensa do início do século XX, Gramsci (2014) chamava atenção para a transformação do jornal como meio difusor de ideologias para se tornar empresa focada no lucro. Uma vertente que se impunha desde o final do século XIX e que pode ser sintetizada na escalada dos conglomerados jornalísticos dos magnatas americanos Joseph Pulitzer e William Hearst. Na Alemanha, sintonizado com

essas mudanças, Max Weber já havia proposto em 1910 a formulação de uma sociologia da imprensa¹¹ focada no estudo da imprensa como instrumento ideológico e como negócio.

Para Gramsci (2014, p. 195), a transição de “jornal de partido” para “jornal integral” ocorre quando “o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”. É a passagem do “jornal de opinião” dirigida a seus correligionários para o “jornal de informação” ou “sem partido” explícito visando um espectro comercial mais amplo.

O estado de Mato Grosso do Sul, implantado em 1979 com a nomeação do seu primeiro governador, instalação da Assembleia Legislativa e órgãos governamentais, insurge uma nova dinâmica social, política e econômica. A população duplica entre as décadas de 1970 e 1980, resultante da migração; inicia seu processo de industrialização acelerado pelos incentivos fiscais; aumenta a proporção da população urbana; mais mulheres se inserem no mercado de trabalho; o coronelismo político vai perdendo densidade em razão do acesso da população à mídia.

Neste novo cenário, Três Lagoas, próximo à divisa com São Paulo, vai consolidar sua vocação industrial tornando-se o terceiro maior polo econômico sul-mato-grossense, deixando aos poucos a atividade pecuária ostensiva e migrando para a industrialização da celulose, biscoitos e outros produtos. Ao final dos anos 90, apenas 10% de sua população vivia na área rural. Formava-se uma classe média urbana com novas necessidades e interesses próprios quanto ao consumo de informação e de entretenimento.

¹¹ A conferência de Max Weber foi proferida durante o I Congresso da Associação Alemã de Sociologia (Frankfurt, Alemanha - 1910) (Berger; Marocco, 2006).

Na esteira dessa fase desenvolvimentista, o *Jornal do Povo* se transformou no grupo RCN. Em novembro de 2007 passou a diário, reestruturou suas instalações, profissionalizou sua equipe, recebeu novo tratamento estético e editorial, abrandou seu posicionamento partidário. Voltou ao semanário circulando aos sábados e tiragem de 4,5 mil exemplares.

Com expressiva audiência local/regional, o grupo é composto por doze veículos: cinco emissoras de rádio – Cultura FM e Band FM (Três Lagoas), CBN FM (Campo Grande), Cultura FM (Aparecida do Taboado), Cultura FM (Paranaíba). É detentor da TVC canal 13 (concessão comunitária em Três Lagoas). Atua na internet com o portal de notícias JPNews e a revista Sou7, hospedada no referido portal. Na área publicitária, produz mídia indoor, outdoor e painel de led. Publica as revistas SE7E, Saúde e Revista Jornal do Povo. Conforme seu site, o conjunto destes veículos alcança a região na confluência entre os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás onde vivem 3,5 milhões de pessoas.

Projeção política na esfera pública

Conforme Habermas (1984), a imprensa é, *por excelência*, uma instituição da Esfera Pública¹². Política e imprensa são sistemas que se retroalimentam. Ao longo da história, diferentes movimentos políticos e culturais têm suscitado a proliferação e/ou o fechamento de muitos jornais. A imprensa é um poderoso instrumento de pedagogia política, para se chegar ao poder, combatê-lo, derrubá-lo ou

¹² Conforme definição de Marcondes Filho (2002, p. 17), “esfera pública não é o mesmo que opinião pública. A esfera pública trata de ambientes abertos, de discussão democrática: praças, auditórios, cafés, reuniões, aulas, etc. É a infraestrutura para a constituição de opiniões políticas, que, em época de eleições ou plebiscitos, consolida-se como majoritária”.

promover sua manutenção. Não por acaso, a proposição de Marcondes Filho (2002, p. 10) de que “o jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa”,¹³ movimento político mais significativo da história moderna que pôs fim à monarquia absolutista na França e por consequência em inúmeros países.

Embora se refira à grande imprensa internacional de 1789 a 1830, aquelas características são aplicáveis à tardia imprensa brasileira do século XVIII até meados do século XIX quando o *Jornal do Povo* inicia sua trajetória:

[...] as páginas impressas funcionam como caixa de ressonância, programas político-partidários, plataforma de políticos, de todas as ideias. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz (Marcondes Filho, 2002, p.11-12).

Ou seja, grande parcela dos jornais era criada com o objetivo de projetar o homem privado e seu ideário, ou de grupos de poder, na esfera pública. O *Jornal do Povo* não só foi criado para promover o PSD, como também inseriu no espaço público duas gerações de seus proprietários e representantes de grupos políticos e econômicos em seu entorno.

Stênio Congro era herdeiro de denso lastro político quando se tornou proprietário do *Jornal Povo* aos 44 anos, pois pertencia à elite política e intelectual de Três Lagoas. Seu pai, Rosário Congro (1884-1963), nascido em São Paulo, chegou a Corumbá em 1907 onde foi eleito vereador em 1914 e deputado estadual em 1917 e 1921. Em Campo Grande, foi intendente nomeado de 09/1918 a 09/1919; foi deputado estadual por Três Lagoas mais duas vezes em 1934 (Constituinte) e 1950;

¹³ Conforme Marcondes Filho (2002, p. 12), “Em Paris, somente entre fevereiro e maio de 1789, surgiram 450 clubes e mais de 200 jornais” que fomentaram e difundiram os ideais da Revolução Francesa.

prefeito da cidade nomeado em duas ocasiões (04/1941 a 10/1945; 01/1946 a 10/1947); advogado, literato¹⁴, primeiro historiador¹⁵ de Campo Grande, entre outras atividades de projeção política e social.

Stênio Congro também atuou na vida pública em Três Lagoas. Foi advogado, promotor de justiça e eleito vereador em 1970 (presidiu a Câmara Municipal) e reeleito em 1976. Dirigiu o jornal entre 1963 e 1991, quando passou o comando ao filho Rosário Congro Neto. Stênio nasceu em 1919 e faleceu em 2004 aos 84 anos de idade.

Rosário Congro Neto, segunda geração da família proprietária do periódico, estreou na política em 1976, eleito vereador de Três Lagoas pela Arena e em 1978 tornou-se sócio do *Jornal do Povo*. Sua carreira política entrou em ascensão, de vereador à Câmara Federal. Em 1980, filiou-se ao PMDB e em 1982 ficou na suplência como deputado federal. Assumiu como titular em setembro de 1985 em razão do afastamento de Sérgio Cruz para disputar a prefeitura de Campo Grande. Em janeiro do ano seguinte, Congro Neto retornou à suplência na Câmara Federal.

Na eleição de 1986 ficou novamente como suplente, agora pelo PSDB, e assumiu como titular entre agosto e setembro de 1988, substituindo Valter Pereira. Ainda em outubro daquele ano, em razão da renúncia de Ruben Figueiró, reassumiu como titular, agora como deputado constituinte. Não disputou as eleições de 1991 e deixou a política para se dedicar às atividades empresariais.

¹⁴ Rosário Congro escreveu obras literárias em prosa e verso: Inaiá (1940), Torre de Marfim (1948), Sombras do Ocaso (1953), Antes de Raposo Tavares (1954), Colunas Partidas (1955), Outras Ruínas (1957), Últimos Caminhos (1963); e, como obras póstumas: Poesias -Coletânea (1984) e Prosa Coletânea (1984). Foi membro da Academia Mato-grossense de Letras e da Associação de Imprensa Mato-grossense, além de patrono da cadeira de número 16 da Academia Sul-mato-grossense de Letras.

¹⁵ Em 1919, publicou o primeiro relato histórico de Campo Grande, tornando-se o primeiro historiador do município. Posteriormente, foi membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Considerações finais

A trajetória inicial do *Jornal do Povo*, como “jornal de partido”, buscou criar uma unidade no plano político-cultural tendo como premissa a produção de consenso em torno do PSD e depois em torno do regime militar e de outros partidos políticos. Esse processo seguiu duas dimensões geopolíticas: nacional – incutir no grupo social local (leitores de Três Lagoas) as premissas políticas nacionais ditada pelos militares e o seu partido de sustentação política (Arena); local – projetar neste mesmo grupo social lideranças políticas locais vinculadas ao jornal. Como grupo empresarial capitalista, abrandou o discurso partidário visando ampliar seu público e o lucro.

A partir das reflexões gramscianas acerca da imprensa, Cavalheiro aponta que o fundamental na concepção do pensador italiano é a dimensão dialética entre imprensa e os movimentos culturais, já que inúmeros jornais e revistas nascem e alimentam-se de um “movimento cultural e, por sua vez, constituem uma força formadora e motriz das instituições culturais desse mesmo movimento”. Ou seja, Gramsci entende o jornalismo como “instância de produção e coordenação de uma ‘cultura’” e como “forma de organização social”. Assim, a imprensa é um “sistema orgânico”, um “complexo cultural-econômico-ideológico” que seleciona “personalidades políticas capazes de dirigir [...] um aperfeiçoamento contínuo do estado-maior político” (Cavalheiro, 2023, p. 324-326).

O *Jornal do Povo* foi criado para defender e propagar o ideário do PSD, e como muitos jornais de seu tempo, em razão da dinâmica no processo dialético gerado por uma nova realidade ideológica-política-cultural, aderiu ao militarismo e a outros partidos. Numa linha editorial conservadora, entre tantas outras pautas conservadoras de alcance nacional, buscou a adesão dos leitores ao projeto

político de combate à “ameaça” comunista forjada desde o governo de Vargas (Plano Cohen) até o regime militar. Como uma das estratégias de persuasão, exaltou figuras alinhadas a este discurso como Filinto Muller, Médici e tantos outros. Esse adesismo não ficou restrito ao campo discursivo. Diretores e colaboradores do jornal foram projetados na esfera pública local e alçaram cargos públicos em defesa da causa. Lideranças investidas de poder para determinar o que é melhor para a sociedade em nome de um projeto político maior.

Conforme Gramsci (2014), a empresa jornalística é um “aparelho privado de hegemonia” o qual a classe dominante prescinde para chegar ao poder; é uma “liderança ideológica e cultural” para “construir a hegemonia como parte da produção de consenso”. Ele observa que nem sempre estes “aparelhos” são privados, e muitas vezes “orbitam em torno do Estado, são sustentáculos de suas ideias e difusores do senso comum” engendrado pela classe dominante. É neste processo de construção de consensos em torno da classe hegemônica que a imprensa privada se impõe como instrumento de pedagogia política e muitas vezes assume o papel de jornal de partido.

O *Jornal do Povo* desempenhou essa função pedagógica intensivamente na construção do consenso em torno da elite econômica e política de Três Lagoas nas décadas de 60 a 80. O jornal foi criado pelo PSD para dar sustentação ao projeto de poder do partido. Em diferentes momentos, foi dependente economicamente do governo, fator que, além da própria afinidade ideológica, também o levou a coadunar com o sistema vigente, seja nas esferas federal, estadual ou municipal.

Ainda nos anos 60, expressiva parcela da grande mídia que havia apoiado o golpe em 1964, mudou de posição principalmente a partir do Ato Institucional nº 5 (1968), que deu início à fase mais violenta da ditadura. Neste novo contexto e ao tomar conhecimento dos desmandos praticados pelo

regime, principalmente quanto à retirada dos direitos civis, Stênio Congro e o *Jornal do Povo* mudaram de direcionamento político e editorial.

No início dos anos 80, o jornal mudou de coloração partidária, migrando da situação para a oposição, porém, não deixou de buscar construir consensos em torno do novo bloco político. Na avaliação de Gramsci (2014, p. 154), a guerra de posição “não é uma escolha aleatória, mas uma imposição do momento histórico”. Uma nova realidade se avizinhava com a retomada da democracia, da liberdade política, do reflorescimento do pluripartidarismo, da garantia dos direitos civis e o jornal poderia ficar à margem da história, caso não se sintonizasse com essas mudanças que se impunham.

Nos anos 90, o *Jornal do Povo* redirecionou seu modelo de negócio – do predomínio político e ideológico para o empresarial. Porém, não se pode afirmar que o periódico deixou de fazer política nessa nova fase. No entanto, aparentemente, as causas políticas se tornaram menos explícitas e ostensivas. Seu conteúdo que antes colocava em evidência os correligionários e simpatizantes dos diferentes partidos que o jornal apoiou, agora visa um público mais amplo, mais heterogêneo, que busca na mídia informativa ou de entretenimento um instrumento para se inteirar dos acontecimentos locais/regionais independentemente de sua conotação ideológica ou partidária.

Nesta nova fase, o *Jornal do Povo* se enquadra no que Gramsci (caderno nº 24) denomina de jornalismo “integral”, ou jornalismo de “informação”, “sem partido explícito”, voltado “para as massas populares”. Até certo ponto, ficava para trás o jornalismo de “opinião”, “de partido”. O primeiro tipo pretende não somente “satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área”. O segundo tipo é dirigido a um público restrito –

correligionários de um determinado partido ou integrantes de um determinado grupo social –, voltado a criar uma unidade no plano político-cultural de produção de consenso (Gramsci, 2014. p. 195-197), já referido anteriormente.

O autor também chama atenção para a relação entre as “premissas” e as “finalidades” que norteiam um jornal, já que para atingir certas finalidades é preciso estabelecer certas premissas que assegurem a articulação desse processo. A correlação entre essas duas componentes implica em um processo dialético a que se refere Cavalheiro (2023), uma vez que as premissas alteram continuamente as finalidades e vice-versa. É neste processo que o jornal atua como um “sistema orgânico” no sentido de direcionar uma dada organização social de acordo com as diretrizes e os objetivos do veículo e da classe que ele representa.

Gramsci (2014, p. 199) define ainda a revista em três tipos fundamentais: pelo modo como são redigidas; pelo tipo de leitor; pelas suas finalidades educativas. Para assegurar uma coesão discursiva, estes tipos devem ter uma “orientação intelectual muito unitária”, ou seja, “uma redação muito homogênea e disciplinada” na qual “poucos colaboradores ‘principais’ devem escrever o corpo essencial de cada número”.

Nas duas primeiras fases do *Jornal do Povo*, não é possível afirmar que sua equipe diminuta tenha sido pensada visando a coesão discursiva em torno do regime militar e dos partidos políticos que o periódico apoiou. As frequentes reclamações financeiras e seu fechamento por alguns meses no início dos anos 70 evidenciam as dificuldades para formar uma equipe ampla de profissionais. Mas é fato que a atuação dos proprietários e diretores como redatores e articulistas “principais” garantiu essa unidade discursiva. Eram representantes de uma elite política, econômica e intelectual, como o caso de Stênio

Congro e outras lideranças, que comungavam do mesmo posicionamento ideológico e utilizam o jornal como tribuna de seus ideários sem destoar de suas premissas e finalidades.

Ainda sobre a tipificação da revista, Gramsci (2014, p. 201) aponta que esta deveria apresentar diferentes tipos de rubricas – abordar diferentes assuntos/editoriais – entre elas a das “biografias”, seja no sentido de que toda vida de um homem pode interessar “à cultura geral de uma certa camada da social”, ou que um “nome histórico pode entrar num dicionário enciclopédico por causa de um determinado conceito ou evento sugestivo”. Neste contexto, pode-se enquadrar também a constante exaltação de personalidades como Filinto Muller, os presidentes militares Castelo Branco, Costa e Silva e Médici, e lideranças locais/regionais como defensores contra a ameaça comunista e/ou promotoras do progresso do país e de Três Lagoas.

Outra rubrica elencada pelo autor é a do exame “crítico-histórico-bibliográfico das situações regionais”, papel desempenhado de maneira frequente pelo *Jornal do Povo* como veículo local. Não de modo aprofundado como indica Gramsci, mas o jornal retratou o cotidiano da cidade e, na maior parte de suas sete décadas, com viés partidário.

Referências

Abreu, A. A. de. (2002). *Imprensa em transição*. FGV Editora.

Agostinho, P. A. (2013). *Relações de poder no sul de Mato Grosso uno (1945-58)*. <http://www.perfilnews.com.br/artigos/relacoes-de-poder-no-sul-de-mato-grosso-uno-1945-58>.

Berger, C.; Marocco, B. (orgs.) (2006). *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Sulina.

CAPARELLI, S. (1989). *Ditaduras e indústrias culturais*. Ed. UFRGS.

Congro, R. (1919). *O município de Campo Grande* – Estado de Mato Grosso.

Ferreira, S. S. B. (2013). *Os impressos de Três Lagoas no boom industrial*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. www.ppgcom.ufms.br

Gois, A.R. de. (2020). *Correio do Estado: porta-voz da ideologia udenista na Ditadura Militar*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. www.ppgcom.ufms.br

Gramsci, A. (2014). *Cadernos do cárcere*. V. 2. Civilização Brasileira.

Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria de sociedade burguesa. Tempo Brasileiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). <https://www.ibge.gov.br/>.

JORNAL DO POVO. (1971; 1972; 1980). Editora Jornal do Povo.

Marcondes Filho, C. (2002). *A saga dos cães perdidos*. Hacker Editores.

O PROGRESSO DIGITAL. (2022). <https://www.progresso.com.br/quem-somos/>.

RCN67. (2024). <https://www.rcn67.com.br/expediente/>.

Silva, J. M. da. (2014). *1964- Golpe midiático-civil-militar*. Editora Sulina.